

continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 37 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional.....	343	283
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	2.958	2.963
Total de disponibilidades (caixa).....	3.301	3.246
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	733.134	514.932
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	736.435	518.178

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	2023	2022
Aplicações no mercado aberto:			
Posição bancada:			
Letras do Tesouro Nacional.....	733.134	733.134	-
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	514.932
Total em 31 de dezembro de 2023.....	733.134	733.134	
%.....	100,0	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2022.....	514.932		514.932
%.....	100,0		100,0

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2023	2022	
Empréstimos e títulos descontados.....	4.158	1.261.581	179.748	217.789	254.471	226.913	198.005	174.221	1.399.318	3.916.204	3.609.855	
Outros créditos (1).....	21.839	5.739.798	148.893	116.650	48.539	26.181	13.505	10.916	98.739	6.225.060	7.140.503	
Total geral em 31 de dezembro de 2023.....	25.997	7.001.379	328.641	334.439	303.010	253.094	211.510	185.137	1.498.057	10.141.264	10.750.358	
Total geral em 31 de dezembro de 2022.....	83.141	5.948.579	1.645.658	958.623	543.662	301.390	251.303	223.052	794.950		10.750.358	

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2023	2022	
Curso normal.....	25.997	7.001.379	240.824	216.044	145.919	78.209	39.451	30.605	201.550	7.979.978	9.031.901	
Parcelas vencidas.....	25.943	6.919.612	238.807	210.943	141.695	75.562	38.181	29.626	196.581	7.876.949	8.924.454	
1 a 30.....	7.249	2.305.378	57.341	48.387	29.584	15.724	7.742	6.209	55.847	2.533.458	2.812.231	
31 a 60.....	4.091	1.214.327	38.294	32.407	19.215	10.201	5.536	4.291	32.561	1.360.924	1.507.348	
61 a 90.....	2.774	795.437	25.412	21.856	13.482	7.048	3.804	2.882	19.526	892.221	965.877	
91 a 180.....	5.237	1.343.219	48.222	42.362	27.662	14.169	7.330	5.447	34.370	1.528.017	1.762.255	
181 a 360.....	4.698	958.328	42.358	37.748	27.298	14.217	6.998	5.364	30.059	1.127.069	1.276.674	
Acima de 360.....	1.894	302.923	27.180	28.183	24.454	14.203	6.771	5.433	24.218	435.260	600.069	
Vencidas até 14 dias.....	54	81.767	2.017	5.101	4.225	2.647	1.270	979	4.969	103.029	107.447	
Curso anormal.....	-	87.816	118.395	118.395	157.091	174.884	172.059	154.532	1.296.507	2.161.286	1.718.457	
Parcelas vencidas.....	68.072	102.136	102.136	102.136	149.663	171.716	170.556	153.476	1.291.259	2.106.879	1.652.734	
1 a 14.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	
15 a 30.....	-	-	68.072	7.558	7.270	4.867	1.925	1.324	7.013	98.029	107.463	
31 a 60.....	-	-	-	94.578	15.454	8.954	3.062	14.448	14.448	140.530	178.393	
61 a 90.....	-	-	-	-	126.939	10.617	4.624	3.129	16.240	161.550	191.014	
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	65.025	518.237	615.137	
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1.188.533	1.188.533	560.708	
Parcelas vencidas.....	-	-	19.744	16.259	7.428	3.168	1.503	1.056	5.248	54.407	65.723	
1 a 30.....	-	-	3.032	2.496	1.659	871	449	285	1.477	10.267	15.285	
31 a 60.....	-	-	536	404	312	140	66	50	234	1.742	2.018	
61 a 90.....	-	-	701	496	303	137	62	47	222	1.968	2.173	
91 a 180.....	-	-	1.974	1.453	796	359	156	128	575	5.440	5.858	
181 a 360.....	-	-	4.911	3.466	1.439	600	265	208	964	11.132	12.322	
Acima de 360.....	-	-	9.311	7.945	2.919	1.062	506	339	1.778	23.588	28.067	
Total geral.....	25.997	7.001.379	328.641	334.439	303.010	253.094	211.510	185.137	1.498.057	10.141.264	10.750.358	
Provisão mínima requerida.....	-	35.007	3.286	10.033	30.301	75.928	129.595	149.805	1.887.963	1.887.963	1.296.479	
Provisão complementar.....	-	6.149	6.540	23.377	60.572	50.593	42.281	55.536	-	245.048	391.002	
Provisão existente.....	-	41.155	9.826	33.411	90.873	126.522	148.036	185.132	1.498.057	2.133.012	1.687.481	

c) Segregação de prazo por operação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						Total
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	
Exposição - Operações de crédito							
Total em 31 de dezembro de 2023.....	7.479.118	328.704	434.773	179.414	528.108	1.191.147	10.141.264
Total em 31 de dezembro de 2022.....	8.464.688	340.812	539.915	212.105	628.450	564.388	10.750.358

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2023	% (1)	2022	% (1)
Maior devedor.....	837	-	1.390	-
Dez maiores devedores.....	5.651	0,1	5.616	-
Vinte maiores devedores.....	9.045	0,1	8.521	0,1
Cinquenta maiores devedores.....	15.824	0,2	13.628	0,1
Cem maiores devedores.....	23.364	0,2	19.011	0,2

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2023	%	2022	%
Setor privado.....	10.141.264	100,0	10.750.358	100,0
Pessoa jurídica.....	(2.549)	-	558	-
Pessoa física.....	10.143.813	100,0	10.749.800	100,0
Total.....	10.141.264	100,0	10.750.358	100,0

f) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício.....	687.718	494.064
Renegociação.....	960.002	1.388.925
Recebimentos/Outros (1).....	(581.437)	(1.146.477)
Baixas.....	(155.005)	(48.794)
Saldo final do exercício.....	911.278	687.718
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	523.489	329.878
Percentual sobre a carteira de renegociação.....	57,0	48,0

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

g) Receitas de operações de crédito

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Empréstimos e títulos descontados.....	2.011.906	1.938.991
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1).....	79.112	300.467
Total.....	2.091.018	2.239.458

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve cessão de crédito no montante de R\$ 530.750 mil (2022 - R\$ 3.974.839 mil), sendo operações ativas R\$ 152.477 mil (2022 - R\$ 964.796 mil) e, operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 398.272 mil (R\$ 3.010.040 mil em 2022), sem retenção de riscos e benefícios, cujo valor de venda total foi de R\$ 23.407 mil (R\$ 304.103 mil em 2022).

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial			
						2º Semestre 2023		Acumulado em 31 de dezembro 2023	
						2023	2022	2023	2022
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.....	236.250	263.735	77.321	35,921415	41.241	7.596	14.814	14.093	
Total.....	236.250	263.735	77.321		41.241	7.596	14.814	14.093	

10) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	2023	2022
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos.....	10%	2.194	(2)	2.192	1.154
Sistema de processamento de dados.....	20%	9.072	(9.018)	54	866
Total em 31 de dezembro de 2023.....		11.266	(9.020)	2.246	
Total em 31 de dezembro de 2022.....		40.677	(38.657)		2.020

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Taxa	Custo	Amortização (1)	Impairment (3)	2023	2022
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros.....	Contrato	1.612.990	(294.869)	-	1.318.121	1.396.492
Software (2).....	20%	430.811	(367.482)	-	63.329	80.820
Acordos operacionais.....	-	1.385.222	(868.956)	(18.104)	498.162	527.367
Total em 31 de dezembro de 2023.....		3.429.023	(1.531.307)	(18.104)	1.879.612	2.004.679
Total geral em 31 de dezembro de 2022.....		3.190.607	(1.167.824)	(18.104)		2.004.679

- (1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;
- (2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas;
- (3) Valor referente ao impairment

...continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7h a Instituição registrou em 31 de dezembro de 2023 o montante de, R\$ 2.133.012 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito e outros créditos.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações contábeis e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de ratings de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto ao aumento da inadimplência aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras nos montantes de R\$ 1.579.414 mil e R\$ 67.212 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2023.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados para mensurar as provisões de passivos contingentes.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as confirmações recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Para as ações cíveis, testamos a suficiência da provisão comparando o valor dos desembolsos efetivos para processos encerrados no exercício com os valores anteriormente provisionados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

As demonstrações financeiras incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 1.632.194 mil (notas explicativas nº 24c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Instituição, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros e taxas de câmbio aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte:

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo da Instituição para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas-chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pela Instituição.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Instituição e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6B1A-58E9-1F29-9B2F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6B1A-58E9-1F29-9B2F



Hash do Documento

7F19C8176D3F4654A3BD98FF1F42F94E558731BEECD929938854201C8DBA0421

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

